

TRAÇOS DA TRAJETÓRIA SOCIAL E FORMAS DE RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO DO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA EM AÇAILÂNDIA-MA DIANTE DE UM CONFLITO ECOLÓGICO.

Fabiano dos Santos Rodrigues¹

Resumo: O presente trabalho é parte do que foi construído em minha dissertação de mestrado², especificamente o mesmo perpassa sobre parte da trajetória social da população que vive Projeto de Assentamento Califórnia no município de Açailândia, estado do Maranhão focando o estudo e análises de formas de resistência. Resistências essas que são construídas e mobilizadas em virtude de um conflito ecológico que a mesma vem ao longo dos tempos enfrentando e convivendo perante o avanço do cultivo de grandes áreas com plantações de eucalipto em áreas ao entorno do assentamento e em toda a região a qual o assentamento em que vivem está inserido.

Palavras-chave: Programa Grande Carajás; Assentamento Califórnia; Amazônia Oriental; Eucaliptocultura.

TRAITS OF SOCIAL AND FORMS OF RESISTANCE OF NESTING POPULATION IN CALIFORNIA AÇAILÂNDIA-MA BEFORE AN ECOLOGICAL CONFLICT PATH

Abstract: This work is part of what has been built in my dissertation, specifically the part about it permeates the social trajectory of the population living Settlement Project in California Açailândia municipality, state of Maranhão focusing on the study and analysis of forms of resistance. These resistances that are built and deployed under an ecological conflict that it comes over time experiencing and living before the advance of cultivation of large areas of eucalyptus plantations in the vicinity of nesting areas and across the region to which the settlement m living is inserted

Keywords: Programa Grande Carajás; Assentamento California; Eastern Amazon; Eucalyptus.

Introdução

Em meados dos anos 1950 principia na Amazônia um processo de modernização econômica por meio da implantação de grandes projetos de exploração mineral e

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – Servidor do quadro efetivo do IFPA - Folha 22 Quadra Especial Lote Especial II – Nova Marabá – Marabá- Pará – CEP: 68508- 970 – rodriguesaps@yahoo.com.br

² A mesma contou com o apoio financeiro da CAPES, foi orientada pelo Prof^o Dr. Celso Gestemeir do Nascimento e co-orientada pela Prof^a Dr^a Marilda Aparecida de Menezes ambos professores do PPGCS/UFPG.

produção de energia estes projetos provocaram grandes transformações relacionadas às dinâmicas sociais, econômicas e ecológicas para a região, em especial no seu lado oriental. Uma destas transformações, no plano social, foram e são os deslocamentos populacionais, sejam eles autóctones, fundamentalmente composto por pessoas que já viviam na região e foram expulsos de terras que antes ocupavam ou de migrantes que foram atraídos pelas expectativas e as euforias econômicas e sociais geradas por programas, tanto de colonização³, quanto pela propaganda oficial sobre tal processo de maneira geral. Especificamente na área de abrangência do PGC (Programa Grande Carajás) essas transformações foram mais profundas ainda.

Dentre estes fluxos populacionais, evidentemente a maioria foi constituída de trabalhadores que se deslocaram para trabalharem nas obras de implantação e na operação dos grandes projetos como a EFC (Estrada de Ferro Carajás), o Complexo Portuário Itaqui- Ponta da Madeira em São Luis no Maranhão, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, e as montagens mecânico indústrias para a exploração do minério de ferro na Serra dos Carajás no Pará (HÉBETE, 2004). Além desses atrativos populacionais relacionados diretamente as obras de infraestrutura do PGC, os garimpos, que tiveram seu auge nos anos 1980, também foram uma grande atração populacional para a região. Dentre estes o que ficou mais conhecido foi o de Serra Pelada no Sudeste do Pará, que no auge das suas atividades abrigou diretamente oitenta mil pessoas de várias regiões do Brasil (MATHIS, 1997).

Na imagem a seguir apresentamos a localização da área da abrangência do PGC que compreende parte do estado do Pará, Maranhão e Tocantins:

³ Um exemplo dessas ações governamentais de ocupação da Amazônia pós década de 1950 foram as políticas e programas que foram implementados a partir da publicação do Documento do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) no final dos anos 1950, em que uma das propostas centrais desse documento era incorporar o *hinterland* maranhense para a expansão de atividades agrícolas que seriam necessárias para o abastecimento de alimentos e o povoamento por populações retirantes da região do semi-árido do Nordeste Brasileiro, onde as frequentes secas dificultavam a vida dessas populações (GTDN, 1997).

TRAÇOS DA TRAJETÓRIA SOCIAL E FORMAS DE RESISTÊNCIA DA
POPULAÇÃO DO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA EM AÇAILÂNDIA-MA
DIANTE DE UM CONFLITO ECOLÓGICO

Imagem 01: Localização da área do PGC (Programa Grande Carajás)



Fonte: CPRM- Serviço Geológico Brasileiro

Ao longo das décadas com estes atrativos populacionais em que tanto a absorção da força de trabalho pelos grandes projetos implantados e pelo alcance das políticas governamentais não foram capazes de garantir trabalho e condições de vida para boa parte desta população⁴. Neste contexto, movimentos e organizações sociais como, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e os STR's (Sindicatos de Trabalhadores Rurais), tem liderado e organizado importantes processos de organização de parte dessa população que se estabeleceram em especial na área de abrangência do PGC. Pois ao longo das últimas décadas lutas e conflitos tem se dado em torno da disputa pela terra e por outros direitos sociais e ecológicos básicos têm sido recorrentes.

Em grande medida os conflitos agrários, ecológicos foram impulsionados em virtude desse excedente populacional que se formou e que durante as décadas de 1980 e 1990, com o fim das obras dos grandes projetos e também com a desaceleração gradativa que se deu até o encerramento dos garimpos, viram as opções de trabalho diminuir drasticamente. Sem contar que novas relações de trabalho estabelecidas, por meio dos grandes projetos, exigiam qualificações profissionais diferentes, situação que

⁴ Altvater (1995) nos ajuda a compreender isto por uma perspectiva onde a noção de progresso e desenvolvimento, tão propagandeada pelas ações e partidários, principalmente do fordismo americano, de que estes não seriam plenamente democratizados e acessíveis para todos, com isso a sociedade global se constituiria de duas faces que ele denomina de ordem e caos. Na Amazônia não tem sido diferente e com isto parcelas das populações não incluídas ou até mesmo excluídas do processo de modernização econômica, que tem se dado na região nas últimas décadas, os conflitos sociais e também ecológicos inevitavelmente emergiram por motivações e em proporções que talvez a humanidade nunca presenciasse com tanta intensidade (COELHO; COTA, 1997).

também agravou o quadro das oportunidades de trabalho de boa parte dessa população, que vinha em grande medida de uma trajetória social familiar camponesa. Com todas essas condições, imposições e peculiaridades sociais, uma das alternativas pela busca de meios de sobrevivência, para parte desse contingente populacional disposto e espalhado pela área de abrangência do PGC, foi adensar as fileiras de movimentos sociais de luta pela terra (MARIN; EMMI, 1997).

A organização e luta de movimentos sociais ao longo do tempo tem obtido conquistas, claro que a um custo muito alto em virtude da violência física⁵ e da criminalização ideológica de suas lutas, dentre estas conquistas os Projetos de Assentamentos tem em certa medida materializado parte destas vitórias, sejam elas do próprio acesso à terra, como também êxitos de cunho político. Diante disso especificamente a pesquisa para a construção do presente trabalho se deu no município de Açailândia estado do Maranhão, município este que tem absorvido durante todo este período modernizante uma significativa parcela das mudanças ocorridas na área de abrangência do PGC. Sejam estas por comportar grandes projetos, fluxos migratórios, projetos de assentamento e conflitos inerentes a todos estes elementos. Açailândia fica localizada no cruzamento da rodovia Belém-Brasília e da BR-222, é um município cortado pela EFC e também tem instalado no seu distrito industrial parte do Polo Siderúrgico de Carajás. A seguir mapa do traçado da EFC com indicação de alguns municípios do eixo desta ferrovia dentre o acima destacado:

Imagem 02: Traçado da EFC (Estrada de Ferro Carajás)



Fonte: Ministério dos Transportes *apud* Maeirimnet.

⁵ A partir dos elementos históricos que evidenciam conflitos na área de abrangência do PGC os conflitos agrários tem sido ao longo deste tempo talvez o de maior visibilidade e repercussão. Dos muitos conflitos e confrontos pela posse da terra nessa região talvez o que mais sangrento e com maior repercussão até agora, foi o conhecido “Massacre de Eldorado do Carajás” no sudeste do Pará em abril de 1996.

Nesse município maranhense as lutas do MST, do STR de Açailândia acomodaram parte dos excluídos e desvalidos do processo de modernização econômico que então se materializava no eixo da EFC para importantes processos de luta e disputa pela posse e acesso à terra. Estas lutas já eram comuns na região mais se intensificaram e se tornaram bem mais visíveis durante a década de 1990, especialmente motivados pela comoção social do Massacre de Eldorado dos Carajás e a organização e atuação mais sistemática do MST em áreas específicas localizadas dentro da área de abrangência do PGC (CARNEIRO, 1997). Dentre os projetos de assentamento coordenados pelo MST no município de Açailândia e que foram implantados durante a década de 1990, estão o Projeto de Assentamento Nova Conquista⁶ e o Projeto de Assentamento Califórnia. Visitamos estas localidades durante nossa pesquisa do curso de mestrado que realizamos durante os meses de abril e maio de 2013, sendo que permanecemos mais tempo no Projeto de Assentamento Califórnia, pois nesse assentamento ao longo do tempo de sua existência tem sido muito nítido um conflito da população que ali vive com empresas produtoras de eucalipto que detém posse de áreas das circunvizinhanças.

A produção de eucalipto em larga escala no eixo da EFC inicia-se fortemente a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, um dos grandes projetos desta natureza para a região foi com a criação da CELMAR (Companhia Celulose do Maranhão) que tinha por objetivo produzir celulose, contudo esse projeto não se concretizou e os ativos florestais da CELMAR, que era comandada pela CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), serviram para produzir carvão vegetal para o abastecimento dos fornos de uma siderúrgica de propriedade da CVRD, que em 2008 passou a ser denominada de Vale, em Marabá no Pará. A partir de meados de 2009 estas áreas passaram a serem controladas pela Suzano Papel e Celulose que desde 2013 opera uma fábrica de celulose na cidade de Imperatriz. Além desse projeto que se iniciou com a CELMAR existem também outras grandes áreas com plantações de eucalipto na área de abrangência do PGC como as do Grupo Queiroz Galvão, Sinobrás, Siderúrgica Viena e da Siderúrgica Gusa Nordeste. Estima-se que atualmente as áreas com plantações de eucalipto na área de abrangência do PGC, em especial no eixo da EFC, sejam de aproximadamente 250.000 ha (duzentos e cinquenta mil hectares) (RODRIGUES, 2014).

⁶ No Assentamento Nova Conquista, estão assentadas oficialmente 163 famílias e moram mais algo em torno de quarenta famílias não cadastradas. A área é coordenada pelo MST, as outras áreas que ficam dentro do Projeto de Assentamento Açaí não são coordenadas pelo MST.

Nos últimos anos essa expansão se acentuou em virtude da escassez da matéria nativa para o suprimento energético de carvão vegetal para indústrias siderúrgicas⁷ e também com a chegada da Suzano Papel e Celulose. Evidentemente esse processo tem acarretado pressões a terras indígenas, assentamentos de reforma agrária e também a disputa por terras com outras atividades agropecuárias de grande porte como a soja e a pecuária bovina. Uma dessas áreas que tem enfrentado problemas e convivido com incertezas em virtude da expansão dessa atividade no eixo da EFC ao longo dos tempos é o Projeto de Assentamento Califórnia (RODRIGUES, 2014). Especificamente será sobre este conflito e formas de resistência construídas pela população que ali vive ao longo de sua trajetória social que pretendemos apresentar neste trabalho.

1. Fragmentos da trajetória histórica social do assentamento Califórnia: lutas e conflitos por meios e recursos para sobrevivência

Oficialmente o Projeto de Assentamento Califórnia foi regularizado e oficializado, conforme relato de moradores e informações obtidas na unidade avançada do INCRA em Imperatriz, que posteriormente foram conferidas no DOU (Diário Oficial da União), em meados do mês de julho do ano de 1999, está localizado a quinze quilômetros do núcleo urbano de Açailândia, fica as margens da BR-010 e próximo ao eixo da EFC. Atualmente está cercado por várias fazendas com plantações de eucalipto que hoje são de propriedade da Suzano Papel e Celulose. As imagens a seguir mostram a localização do Assentamento Califórnia e mostram também aspectos da paisagem, em que as manchas verdes acentuadas são plantações de eucalipto. A primeira imagem localiza e situa a agrovila do assentamento e a segunda localiza e situa, de forma mais ampliada, as fazendas da Suzano e Papel e Celulose nas circunvizinhanças e a área de produção do assentamento que é a mancha verde menos acentuada. Vejamos as mesmas a seguir:

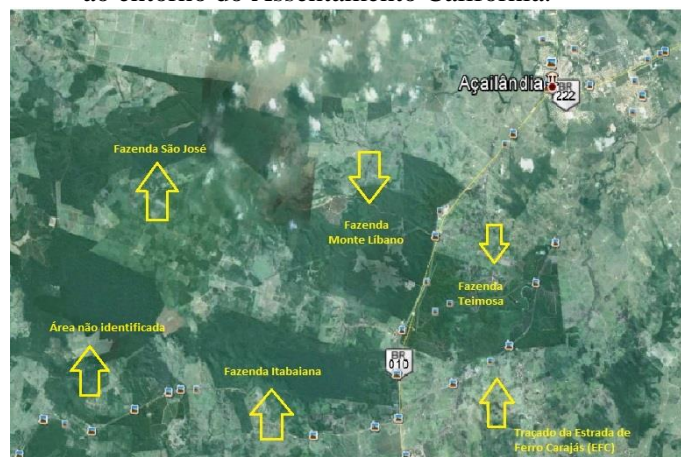
⁷ Esse processo foi denominado pela FIEMA (Federação das Indústrias do Estado do Maranhão) como crise do carvão vegetal que se intensifica a partir da segunda metade da década de 2000 e como principal alternativa a essa crise, empresas e suas entidades representativas, propuseram, e tem em grande medida executado, a expansão da eucaliptocultura nos estados do Pará, Tocantins e Maranhão (ASSIS; CARNEIRO, 2010); (RODRIGUES, 2014).

TRAÇOS DA TRAJETÓRIA SOCIAL E FORMAS DE RESISTÊNCIA DA
POPULAÇÃO DO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA EM AÇAILÂNDIA-MA
DIANTE DE UM CONFLITO ECOLÓGICO

Imagem 03: Localização e situação do Assentamento Califórnia.



Imagem 04⁸: Localização de fazendas da Suzano Papel e Celulose ao entorno do Assentamento Califórnia.



Obtivemos algumas informações por meio da fala de alguns moradores e assentados com os quais conversamos durante nossa pesquisa de mestrado, que realizamos na localidade entre os meses de março e maio de 2013. Entre estes interlocutores e interlocutores estão a Dona Eva Maria uma assentada que participou da primeira ocupação da antiga Fazenda Califórnia. Ela nos relatou que antes de vir para a localidade em 1996 já era liderança comunitária em um bairro de Açailândia denominado de Vila Lobão e que colaborou no trabalho de base e na mobilização feita pelo MST para ocuparem a área. Durante muitos anos ela disse ter sido professora da escola do assentamento, mas que há alguns anos atrás deixou de lecionar e que estava se

⁸ As informações desta imagem que identificam as fazendas nominalmente foram coletadas durante as incursões de pesquisa no Assentamento Califórnia a partir de placas de identificação colocadas pela própria Suzano Papel e Celulose. Ambas as foram retiradas do aplicativo Google Earth.

dedicando apenas a direção de uma das associações do assentamento, trabalho desta natureza que ela também disse ter feito durante toda sua trajetória na localidade.

Dentre outros informantes que colaborou de forma irrestrita com nossa pesquisa foi o Professor Andrade. Que ali chegou tempos depois da ocupação da área onde se implantou o assentamento e desde sempre esteve ligado ao setor de educação do assentamento.

Outro dos nossos vários interlocutores foi Zé Luis, que na época da pesquisa estava concluindo o curso de comunicação social, ele disse que a motivação de fazer este curso veio ainda dos tempos em que colaborava com um coletivo de comunicação do assentamento que coordenavam e operavam alguns veículos de comunicação e publicidade instalados no assentamento como uma rádio comunitária, que estava desativada, e uma oficina de serigrafia que não existia mais, esta oficina de serigrafia fornecia material para diversos eventos e campanhas do MST em todo estado do Maranhão. A família de Zé Luís vive ali desde o início do assentamento, no entanto ele foi morar definitivamente na localidade somente anos depois, pois disse que foi durante um tempo seminarista e morava na cidade de Belém.

Destes três primeiros informantes apresentados até aqui, na fala de todos muitas informações foram corroboradas e convergentes sobre o processo de ocupação e constituição do Assentamento Califórnia, daí no relato abaixo parte do depoimento de um deles apenas que é Zé Luis:

A primeira ocupação da antiga fazenda, que era Fazenda Califórnia o nome mesmo, foi no dia 26 de março de 96 (1996), por umas duzentas e cinquenta famílias. Aí uns dias depois o pessoal foi despejado daqui pela polícia. Aí⁹ quando foi no mês de julho do mesmo ano, depois que as lideranças do MST fizeram um trabalho de base nos bairros de Açailândia e também pelo ocorrido do massacre (Massacre de Eldorado dos Carajás), isso encorajou o pessoal, e aí voltaram pra cá mais ou menos umas oitocentas famílias, depois disso não teve mais despejos e o pessoal ficou até hoje. [...] Com as vistorias feitas pelo INCRA para a regularização da área e a criação do assentamento, ficou constatado que a área não assentaria as oitocentas famílias, só seria possível assentar cerca de duzentas famílias na área da antiga fazenda. As outras seiscentas famílias foram remanejadas para outra área onde foi criado o Projeto de Assentamento Açaí (Zé Luis, filho de assentados, 09.04.2013).

Para o Senhor Ozias quando ele veio ainda para o acampamento na antiga Fazenda Califórnia as áreas da circunvizinhança eram áreas de produção de gado e também se explorava madeira, pouco tempo depois ainda durante o ano de 1996 a

⁹ Tentamos preservar na grafia a fonética, ou parte dela, presente na fala dos interlocutores.

CELMAR (Companhia de Celulose do Maranhão) passou a adquirir as áreas ao entorno e a plantar eucalipto:

Quando eu vim pra cá em 96 (1996) o pessoal já estava aqui a uns dois a três meses, aí eu vim e me cadastraram. Mas pra morar de vez eu vim apenas em 2009 foi quando eu constituí outra família, a minha outra família nunca quis vim morar aqui e aí quando eu me separei vim de vez. Aí quando nós chegamos aqui em 96 logo começou a CELMAR a tomar conta de tudo, só que a gente não sabia quem era o dono ou a dona disso, dizia que era da CELMAR chamava de CELMAR, mas quem cuidava aí era uma empresa que o pessoal usava um uniforme igual o da Vale que era uma empresa dela a Floresta do Rio Doce. Quando a gente soube que o INCRA ia mesmo assentar nós aqui, ainda correu um boato de que a gente iria ser assentado nessa área aí da frente e aqui a CELMAR ia plantar eucalipto e emendar essas fazendas tudo que ficam aqui dos lados (OZIAS, Assentado, 07.04.2013).

Como mencionado acima o Projeto de Assentamento Califórnia evidencia que este é um espaço que em grande medida se materializa parte de um processo histórico de luta em que conquistas pela posse da terra, que é um recurso natural fundamental para a reprodução da população que ali vive, agregado a ela também estão outros recursos e meios naturais como o solo, a água, o ar, a vegetação, dentre outros, mais do que deter estes recursos naturais esta população também dependem da qualidade destes (ALIER, 2012). O assentamento é localizado no meio de uma das mais importantes fronteiras mundiais de exploração dos recursos naturais, a Amazônia, e sua população convive cotidianamente com incertezas que o monocultivo do eucalipto das áreas vizinhas pode acarretar positivamente ou também negativamente ao longo do tempo. Na perspectiva do ecologismo dos pobres de Alier (2012)¹⁰ apenas estes elementos seriam necessários para caracterizar a luta pela posse da terra que ocorrera em meados da década de 1990 para a conquista do assentamento, já seria suficiente para dizer que esta luta também foi e tem sido ao longo dos anos uma luta ecologista. Entretanto, acreditamos que é necessário colocar mais elementos que demonstram mais detalhadamente a partir das evidências empíricas este conflito de caráter ecologista e não nos baseamos apenas na acepção teórica e genérica.

Então acreditamos que dentre as características, evidências e elementos, alguns acontecimentos ao longo da trajetória do Assentamento Califórnia nos ajudam a compreender melhor este conflito ecológico distributivo. Preliminarmente podemos

¹⁰ Para Alier (2012) a luta de populações pobres contra o avanço da expansão das fronteiras de exploração dos recursos naturais, protagonizada por atores sociais do campo econômico são caracterizados como conflitos ecológicos distributivos.

dizer que um primeiro está relacionado à localização e situação geográfica do assentamento, um segundo se relaciona quanto a uma manifestação realizada pela população do assentamento em março de 2008, um terceiro se relaciona a ação preventiva e reativa das empresas que tem tido ao longo dos tempos a posse das áreas com plantações de eucalipto. A seguir apresentaremos elementos descritivos e analíticos desse conflito ecológico a partir da apresentação fatores enumerados e mencionados acima.

Primeiramente consideramos que a localização do Assentamento Califórnia, conforme demonstrado em imagens acima, evidencia que através da organização e da luta social é possível em certa medida e no limite alterar algo na realidade. Pois esta localização materializa no território uma resistência geográfica e também social, pois a partir dos elementos históricos, das análises e das pesquisas realizadas na região da Amazônia Oriental como, Coelho et.al. (1997); Hébet, (2004), Monteiro (1998; 2006) e Carneiro (2009), entendemos de que nenhum governo ou grande grupo econômico jamais desejasse que esta área, bem localizada nas proximidades do núcleo urbano de Açailândia, nas margens de uma das rodovias mais importantes do país e também nas proximidades da EFC, fosse habitada por trabalhadores e não utilizada como um meio de acumulação de capital por grandes grupos econômicos. Uma prova concreta disto é a ocupação das áreas vizinhas ao assentamento como as plantações de eucalipto em todas as direções e também da antiga utilidade da área que servia para criar gado e explorar madeira em grande escala.

Um segundo elemento que demonstra este conflito ecológico tem haver com um confronto que se sucedeu em 2008 e de inúmeras denúncias que foram feitas por assentados e moradores junto a órgãos de defesa e fiscalização do meio ambiente. Talvez este momento tenha sido até agora ápice deste conflito ecológico. A ação ocorreu exatamente no dia 08 de março de 2008 quando ocorreria um encontro do MST Maranhão no Assentamento Califórnia e cerca de 800 (oitocentas) pessoas, vindas de diversos lugares e pertencentes a diversas organizações sociais, ocuparam uma carvoaria que ficava nas proximidades da agrovila do assentamento dentro da Fazenda Monte Líbano. Tal situação foi noticiada em diversos meios de comunicação, veremos mais detalhes de como ela ocorreu nas próximas seções.

Um terceiro fator que demonstra este conflito ecológico está relacionado com a ação e reação das empresas tanto da Vale que era a antiga proprietária das áreas e depois, a partir de 2009 da Suzano Papel e Celulose. Percebemos na pesquisa e nos

diferentes meios que nos informaram de que essa preocupação das empresas para com o Assentamento Califórnia se inicia após a ação do dia 08 de março de 2008, pois antes disso parece que nunca houve uma preocupação mais sistemática para com a população daquele assentamento e os males sofridos por esta em virtude tanto da eucaliptocultura, quanto de outras atividades que se desenvolveram e desenvolvem no interior das grandes áreas de eucalipto.

Então diante das fortes evidências de que há um conflito com motivações e dimensões que podemos entender como ecológicas e ecologistas entre a população do Projeto de Assentamento Califórnia e as empresas que ao longo do tempo tem detido a posse das áreas da circunvizinhança também há de existir relações de dominação e resistência inerentes a este conflito entre os atores sociais envolvidos. Diante disto pressupomos que são construídas e mobilizadas legítimas estratégias e instrumentos tanto para uma dominação como para formas de resistência. Perante os apontamentos históricos colocados percebemos que há diferenças sociais e econômicas muito acentuadas entre os atores sociais envolvidos neste conflito. Baseado nestes apontamentos, entendemos que não dá para dizer que neste a população do Projeto de Assentamento Califórnia tem tido e exercido alguma dominação sobre os imperativos de grandes grupos econômicos e essas empresas é que têm resistido e sido constringidas pelas ações do outro ator social. Acreditamos e os elementos colocados estão aí para esclarecer que é o contrário e que quem tem ao longo do tempo exercido a dominação e mantida esta ao longo dos tempos são empresas. Será sobre a construção e a mobilização dessas estratégias e instrumentos das formas de resistência da população do Projeto de Assentamento Califórnia inerentes ao referido conflito que dedicaremos nossos esforços nas próximas seções.

2. Alianças, instrumentos e estratégias de resistências da população do assentamento Califórnia.

A população do Projeto de Assentamento Califórnia evidentemente provida de menos recursos sejam materiais, sejam ideológicos, mas mesmo assim ao longo dos tempos, conforme podemos verificar parcialmente ao longo do trabalho, não tem sido plenamente passiva diante do processo de expansão da eucaliptocultura na Amazônia Oriental. As reações e as resistências sejam orgânicas ou não ao longo dos tempos têm sido recorrentes e importantes. Para obtermos uma compreensão da construção de

formas de resistência pela população do Projeto de Assentamento Califórnia e entender estas como legítimas no seu sentido mais estrito, mesmo não estando em acordo com consensos e normas legais, uma questão geradora fundamental que nos orientou durante nossa incursão de pesquisa e nos diálogos estabelecidos com nossos interlocutores foi a seguinte: “essas plantações de eucalipto aqui no entorno, o que você acha disso?”, as nossas abordagens e diálogos não se concretizaram apenas em fazer de forma direta este questionamento e automaticamente registrar as respostas dos nossos interlocutores. As respostas sobre a mesma adicionada a outros elementos que também foram percebidos, obtidos, observados e registrados durante a pesquisa é que em grande medida subsidiarão o que tentaremos colocar nesta seção e o que nos foi possibilitado de pensar enquanto estas formas de resistências. Essas formas de resistência se apresentam de diversas formas, com a finalidade de sintetizá-las classificamos as mesmas em duas grandes tipologias que são: as orgânicas/rígidas e as espontâneas/difusas. Vejamos a seguir alguns elementos e esclarecimentos que nos asseguram melhor dessa proposta de classificação e análise.

2.1. Estratégias e instrumentos orgânicos e rígidos de resistência ecologizada.

A partir das situações e circunstâncias colocadas acima sobre a trajetória do Assentamento Califórnia, percebemos que o MST foi e tem sido uma organização fundamental durante todo este tempo, evidentemente durante toda essa trajetória essa relação e organização entre o movimento e a população em si se modificaram profundamente hora se fortalece, hora se enfraquece. Contudo, fundamentalmente parte das reivindicações e lutas dentro do assentamento e têm sido lideradas e seguido em grande medida as diretrizes, orientações políticas e organizacionais deste movimento. Diante da expansão da eucaliptocultura na Amazônia Oriental como um todo, importantes manifestações se fizeram sob a coordenação e liderança deste movimento ou que ele estivesse envolvido, seja a ocupação da carvoaria da Fazenda Monte Líbano, seja na construção de espaços de debates, campanhas e a publicação de documentos que apresentam uma posição lúcida, firme e também legítima do movimento perante tal questão. Questão essa que a população do Assentamento Califórnia é diretamente interessada e envolvida.

Durante períodos em que se acirraram uma denominada crise do carvão vegetal, especialmente entre os anos de 2006 e 2007¹¹ e da intensificação da expansão da eucaliptocultura que tem ocorrido desde meados do ano de 2006 até os dias atuais¹², o MST já publicou dois importantes documentos colocando sua posição referente a tal questão, um foi individual e foi publicado durante a realização do Fórum Social Mundial (FSM) que ocorreu em 2009 na cidade de Belém, este documento se denomina: “Amazônia em disputa: projeto do capital versus projeto popular”. Outro documento foi publicado anteriormente por um conjunto de movimentos sociais e entidades em 2007 como manifesto final do Seminário “Estado e Campesinato na Amazônia: o debate sobre o Distrito Florestal de Carajás”. Este seminário e este documento foi uma reação dessas entidades e movimentos sociais após o Ministério do Meio Ambiente (MMA) por meio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), propor como solução para a crise energética da siderurgia da Amazônia a implantação do Distrito Florestal de Carajás. Tal projeto tinha por intenção conformar:

(...) uma área de 200 Km de raio a partir de Marabá e de Açailândia, o Governo Federal pretendia canalizar recursos para o plantio de 1 milhão de hectares de monocultura de árvores, gerando 5 milhões de m² de toras para a indústria madeireira e 17 milhões de m³ de toras para carvão (CPT; et.al., 2007).

Para alcançar essa área necessária de florestas energéticas ou plantações de eucalipto, uma das propostas do SFB era incorporar áreas de assentamentos no conjunto deste grande projeto florestal. A mobilização e os questionamentos dos movimentos sociais foram fundamentais para que este projeto fosse postergado (ASSIS; CARNEIRO, 2010). No documento que data de 2009, além de vir estudos e relatos deste processo de eucaliptização, o MST reuniu inúmeras outras informações sobre a exploração mineral, a concentração da terra, direitos de povos tradicionais, a produção de energia hidrelétrica e o uso, posse e acesso à água na Amazônia, colocando sua posição e fazendo algumas propostas perante tais questões. A seguir apresentaremos de forma resumida e sistematizada algumas destas propostas apresentadas no referido documento:

- Salvar a Amazônia e suas riquezas da sanha do capital estrangeiro e do agronegócio (...);
- Proibição da exportação de madeira e qualquer bem genético da biodiversidade amazônica (...);

¹¹ Ver Boclin; Dourado, 2008.

¹² Ver Rodrigues (2014).

- (...) o fim do financiamento público para a implantação da monocultura do eucalipto na região (...);
- Suspensão dos grandes projetos do capital (...) (MST, 2009: 47-55).

Atuando nesta região, onde as questões ecológicas e ecologistas têm sido muito recorrentes e frequentes nas últimas décadas, seria o MST um movimento também ecologista? Diante das adversidades e da expansão da fronteira de exploração de minerais, da madeira e do eucalipto, conseqüentemente o mesmo com uma significativa base social e com um perfil político bem conhecido precisa diante dessas adversidades se posicionar e agir. Estes documentos, acima citados, nos ajudam a entender e em grande medida demonstram que historicamente o MST, que tem lutado por questões que durante muito tempo não foram conceituadas como estreitamente ecológicas ou ecologistas, como a questão agrária, tem trazido temas assim outrora conceituados para se somar as suas pautas tradicionais de reivindicações. Assim colocar as preocupações e as questões ecológicas e ecologistas nos objetivos e nos anseios de suas lutas, conseqüentemente difundindo suas visões de mundo, seus discursos e ideias inerentes a tais questões.

Como uma organização nacionalmente constituída, os temas ecológicos e ecologistas têm sido recorrentes nas jornadas de lutas do MST e sido debatido pelo menos nas suas instâncias mais públicas. O exemplo tem sido as campanhas contra transgênicos, aos agrotóxicos e em defesa da agroecologia e da biodiversidade (ALIER, 2012). No plano da ação destacamos algo que se refere ao combate de monoculturas em especial do eucalipto que está relacionado à ocupação por mulheres da Via Campesina, organização também composta pelo MST, de uma área da empresa Aracruz Celulose na cidade de Barra da Ribeira no estado do Rio Grande do Sul no dia 08 de março de 2006, dia internacional da mulher, coincidência ou não, exatamente dois anos depois uma ação muito parecida a esta aconteceu na Fazenda Monte Líbano em Açailândia no estado do Maranhão e repercute também a nível nacional.

Tal esverdeamento do movimento e das suas questões tem sido significantes nos últimos tempos e inclusive é reconhecido pelo próprio Alier (2012) como um importante movimento mundial de prática do ecologismo popular. Em grande medida essas manifestações públicas nos orientou para irmos a uma localidade que tem vínculos históricos com este movimento e que essa se defronta mais estreitamente e cotidianamente com um conflito que nos é possibilitado de se pensar em termos Alier (2012) enquanto ecológico distributivo, pois em grande medida provém da expansão da

fronteira internacional do eucalipto e que ao longo do tempo suas experiências, a construção e a mobilização de formas de resistência certamente têm ajudado na composição destas preocupações ecológicas do movimento como um todo.

Obviamente não há surpresas em uma localidade em que há vínculos históricos com o movimento as estratégias e os instrumentos de resistência diante de conflitos sejam também orientados pelas diretrizes e por imperativos deste enquanto uma organização coletiva. Entretanto, ao mesmo tempo e no mesmo espaço que existem essas formas de resistência mais ligadas à atuação e posicionamentos do MST, há de existir também inúmeras outras relacionadas a estes conflitos que fogem dos imperativos, controle e orientações do mesmo. Provavelmente por não disporem de aportes de difusão de ideias, visões de mundo, nem legitimidades tão acentuadas e estarem relacionados em significativas assimetrias de poder em relação às empresas eucaliptocultoras, as mobilizações de variadas formas de resistência têm sido significativas sejam orgânicas e estruturadas, sejam espontâneas e difusas.

Logicamente estas formas de resistência possuem diferenças e entendemos que basicamente as formas de resistência mais organizadas e agregadas em torno de uma organização coletiva que no caso aqui podemos pensar que na prática é o MST em grande medida objetivam, almejam transformações mais profundas ou como se denominam difusamente estruturais. Evidentemente para isso são necessárias amplas e significativas mobilizações, ações e uma organicidade política, elementos estes que são construídos e manifestados através da organização de pessoas nas fileiras e bases de um movimento social como este. Porém, as pessoas que compõem as bases e habitam os espaços vinculados historicamente ao movimento sejam organicamente, sejam dispersamente, diante de necessidades imediatas e vitais, não suportam e nem podem esperar por estas profundas mudanças e resultados mais orgânicos e estruturais. Com isso indivíduos ou até pequenos grupos mobilizam, constroem uma infinidade de instrumentos e estratégias que às vezes fogem do controle e da repressão legal para suprirem predominantemente estas necessidades imediatas, sendo que parte destas estratégias e destes instrumentos também são formas de resistência. Porém pode haver casos que estas formas de resistência podem ser também mobilizadas para a luta mais orgânicas ou vice e versa, pois estas divisões são apenas elaborações teóricas e que na realidade talvez não ocorrerem desta forma tão rigidamente separadas, mas foi uma forma de tentar organizar o que obtivemos em campo, organizar a sistematização e argumentação deste trabalho.

No geral o MST tem sido um movimento importante no que concerne a mobilização de formas de resistência a expansão da eucaliptocultura na Amazônia Oriental, fato que pode ser comprovado pelas publicações dos documentos acima citados¹³, por suas ações como a ocupação da carvoaria da Fazenda Monte Líbano. Porém estas são legítimas formas de resistência ecológicas estruturadas e que ocorrem de forma mais esporádica, apesar frequente vigilância do movimento em relação a tal questão. Um dos intuitos da nossa pesquisa no Projeto de Assentamento Califórnia era poder acessar e entender ali naquele lugar outras faces e percepções do conflito ecológico que ali se estabelece, não apenas pelos fatos e apontamentos do MST enquanto uma organização coletiva, mas o que a população em si, as pessoas que ali vivem compreendem este conflito e como no seu dia a dia o enfrentam. Para isso tivemos de disciplinar mais fortemente o nosso olhar a partir das concepções sobre legítimas formas de resistências ecológicas que ocorrem de formas difusas e espontâneas. Lógico que também não perdendo a sensibilidade ou deixando de dá importância as que ocorrem de forma mais organizadas e estruturadas. Feito estas considerações partimos para as subseções seguintes onde colocaremos elementos obtidos em campo e as nossas argumentações e interpretações necessárias para demonstrarmos ocorrências e manifestações destas legítimas formas de resistências ecológicas no Projeto de Assentamento Califórnia sejam elas dirigidas coletivamente pelo MST ou não.

2.2. Formas de resistências ecológicas difusas e espontâneas para a reprodução material.

A partir dos apontamentos da pesquisa nos foi possibilitado pensar e interpretar formas legítimas de resistências ecológicas, sejam rígidas e estruturadas ou difusas, dissimuladas e espontâneas, e que foram mobilizados e construídos ao longo do tempo pela população do Projeto de Assentamento Califórnia, podemos perceber e notar que a primeira manifestação deste tipo de resistência foi o próprio processo de ocupação da antiga Fazenda Califórnia, que anos depois deu origem ao referido assentamento. Isso porque tal processo possibilitou diretamente o acesso e o uso de recursos naturais que tem possibilitado a reprodução de aproximadamente duzentas famílias. Além de que a ocupação da referida área impulsionou quase que de imediato a alteração da forma de uso das terras vizinhas da área que primeiramente pertenciam a CELMAR, conforme

¹³ CPT (2007); MST (2009).

colocamos acima em uma das falas do Senhor Ozias e também esta situação apareceu no relato de outro interlocutor que é o Senhor Reinaldo, este nos relatou que vive no assentamento desde a primeira ocupação em 1996 e inclusive trabalhou na construção das cercas de uma das fazendas que hoje pertencem a Suzano Papel e Celulose.

Pelos relatos essa alteração, que se materializou nas plantações de eucaliptos, foi na intenção de evitar que outros grupos de sem-terra ou posseiros motivados pelo êxito da conquista do Projeto de Assentamento Califórnia pudessem ocupar estas áreas. Haja vista que esse processo ocorreu nos anos 1990, período de grande efervescência das lutas camponesas na Amazônia Oriental e essas alterações no que concerne ao uso de terras nessa região também foram percebidas por Monteiro (1998), tais modificações eram predominantemente na intenção dos proprietários ou daqueles que se diziam proprietários evitar tanto a ocupação por grupos camponeses ou pleitearem indenizações mais significativas junto aos órgãos fundiários. Vejamos abaixo trecho do relato de Reinaldo sobre tal situação:

A ocupação da Califórnia foi em 96, em março de 96 , aí acho que mais ou menos ficou 96. Em 97 acho que esse projeto começou a chegar lá por volta de 98 e foi rápido, logo eles têm dinheiro, chegou foi coisa assim de um ano, em mais ou menos um ano eles prepararam toda a cerca e em seis meses, no período que antecedeu as chuvas, eles prepararam o solo e arrojaram plantando eucalipto. E aí uma das coisas que levou aquilo dali primeiramente foi o medo do MST, que a ocupação na Califórnia foi monstruosa de muita gente e tudo e aí não ia demorar também pra ocupar aquelas áreas na frente não. Aí os antigos donos venderam logo as áreas. Depois disso todo ano foi só aumentando mais o eucalipto. (REINALDO, morador, 24.04.2013).

Então essas mudanças iniciais relatadas nas referidas circunstâncias pelos senhores Ozias e Reinaldo e corroborado em Monteiro (1998) foi o que em grande medida resultou na conformação e formação da paisagem que nos é possibilitado de ser ter uma noção a partir das imagens 04 e 05, que estão acima, em que o Projeto de Assentamento Califórnia é cercado por todos os lados, o que deu a entender que é uma face muito concreta desta resistência e do conflito ecológico distributivo como um todo e que estes se materializam em partes no uso do território e na conformação da paisagem que as referidas imagens nos possibilitam ter uma dimensão.

Outro elemento percebido que nos é também permitido pensar enquanto uma forma legítima de resistência ecologizada concerne ao uso e ocupação territorial na tentativa da população do assentamento diversificar as atividades agropecuárias nos lotes de produção que evidentemente segue a orientação que é muito difundida e

defendida pelo MST que é o princípio constitucional da função social da terra, também do que tem sido recorrente em suas campanhas como a produção de alimentos. Sendo que a reprodução e manutenção de grande parte das famílias assentadas também dependem do desenvolvimento dessas atividades agropecuárias minimamente diversificadas e isso em grande medida independem das orientações ou não do movimento e de apelos ecologistas, pois é uma questão de sobrevivência para muitas das famílias que ali vivem.

Dentre estas atividades diversificadas, baseado nos relatos de várias pessoas em especial o Senhor Ozias e o Senhor Reinaldo, durante muito tempo a população que ali vive produziu carvão vegetal para empresas siderúrgicas. Apesar de ser uma atividade de significativo dano ecológico (MONTEIRO, 1998), a mesma não era feita na pior das intenções no Assentamento Califórnia, mas sim como uma atividade paralela que aproveitava a matéria vegetal oriunda das derrubadas para a implantação de lavouras e pastagens, por outro lado agregava uma renda extra para as famílias assentadas e também foi uma importante frente de trabalho para moradores, sem contar que serviços infraestruturais como a abertura e manutenção de estradas e o abastecimento de água¹⁴ nos lotes de produção dependiam e eram possibilitados por meio de agentes dessa atividade, pois necessitavam manter a força de trabalho nos lotes de produção e também dependiam das estradas em boas condições de tráfego tanto para a mobilidade dessa força de trabalho, quanto para o transporte de lenha que se extraía e do carvão que ali se fabricava. Lógico que a fraca ação estatal diante deste contexto estimulou essa atividade, tanto pelo não atendimento de demandas infraestruturais, como pela falta de controle e fiscalização, por meio dos órgãos de meio ambiente, dessa atividade da produção do carvão vegetal.

Tais elementos podemos em grande medida constatar por meio de observações feitas na área dos lotes de produção, em especial percebidas pelas más condições de conservação da estrada e também corroboradas nas falas de outros interlocutores como Seu Rui, do senhor Josa. Vejamos a seguir trecho das falas de Seu Rui e do senhor Josa:

Eu trabalhei num caminhão muitos anos aqui nessa estrada puxando lenha e carvão (...) a água o pessoal falava com os motoristas e eles traziam, aí pessoal pagava pra nós por cada tambor (...) Essa estrada

¹⁴ Na área dos lotes de produção do Assentamento Califórnia não há fontes perenes de água, para amenizar o problema um grupo de assentados construíram dois poços artesianos que só vieram funcionar após a implantação da rede de energia elétrica naquela área. Na época da pesquisa as obras da construção desta rede estavam em fase de conclusão. Levou-se aproximadamente 15 (quinze) anos após a criação oficial do assentamento para que tal serviço fosse disponibilizado.

TRAÇOS DA TRAJETÓRIA SOCIAL E FORMAS DE RESISTÊNCIA DA
POPULAÇÃO DO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA EM AÇAILÂNDIA-MA
DIANTE DE UM CONFLITO ECOLÓGICO

quando tava muito ruim os comprador de carvão mandava umas máquina pra consertar ou abrir onde não tinha (...) Depois que acabou a madeira pro carvão ficou pior porque nem o INCRA, nem a prefeitura manda arrumar (JOSA, assentado, 25.04.2013).

Tá tramitando no INCRA a mais ou menos uns quatro a cinco anos um projeto de 28 quilômetros de estrada. Mas, até agora nada (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

A ação estatal aprofundou ainda mais esse processo de supressão de áreas de mata nativa, sejam primárias ou secundárias, por meio dos financiamentos a projetos de implantação da pecuária bovina. A pecuária era atividade predominante na época de nossa pesquisa. Pelas falas do Seu Rui e do Senhor Ozias nos foi possível melhor elucidar e compreender o que observamos *in loco*, conforme veremos a seguir nas próximas imagens, que nos lotes de produção as pastagens predominam na paisagem e como a pecuária se tornou atividade predominante ao longo do tempo no assentamento. Isto não ocorreu apenas pela vontade dos assentados, mas por um conjunto de políticas públicas, financiamentos e assistência técnica, que direcionaram boa parte dos esforços para que isso viesse a ocorrer. Na fala dos referidos interlocutores ainda aparece um elemento de organização cronológica da trajetória produtiva do assentamento, sendo que as atividades agrícolas predominaram num primeiro momento, passando depois por um período em que a produção do carvão vegetal era a principal atividade e depois a pecuária. Evidentemente que estas atividades principais não eliminaram outras, na época de nossa pesquisa havia uma coexistência de atividades agropecuárias no assentamento, como a produção de hortaliças, produção de mel e também cultivos agrícolas como milho e mandioca. Vejamos a seguir trecho de falas dos mesmos em que colocam estes elementos:

Quando a gente chegou aqui ainda tinha algumas áreas de mata, tinha muita área degradada também, porque a antiga fazenda eles tinham serraria e deixaram muita madeira serrada (...) o pessoal plantava muito arroz, milho, feijão faziam umas roças grandes e os carvoeiros compravam a madeira que era tirada pro pessoal colocar as roças, com um tempo a agricultura foi caindo, caindo e o pessoal passou a se dedicar mais a fabricação de carvão (...) Depois com a liberação dos créditos passaram a criar gado, hoje é o que mais tem aqui é criação de gado de leite. Tem umas plantações mais é coisa pouca (OZIAS, Assentado, 07.04.2013).

O pessoal tem até vontade, eu inclusive tenho vontade de fazer um projeto pra plantar milho, arroz, feijão, mas quando a gente vai num escritório de assistência técnica eles não fazem o projeto, não querem nem ouvir falar. Os gerentes dos bancos não querem arriscar e aí só liberaram e só libera um crédito se for pra criar gado de leite (...).

Quando eu cheguei aqui por volta de 99, 2000, já havia sido liberado o PROCERA e aí depois liberaram uns PRONAF's mais a maioria dos projetos foi só pra criar gado e se não se adequar as manhas dos gerentes do banco nem pega (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

Vejamos a seguir na imagem aspectos da paisagem predominante nos lotes de produção do Projeto de Assentamento Califórnia, pastagens, cercas e currais estruturas logicamente típicas da pecuária bovina. A imagem foi feita em abril de 2013:

Imagem 05: Áreas de pastagens são predominantes nos lotes de produção.



Fonte: Imagem feita pelo autor.

Devido ao ciclo de plantio, colheita e comercialização ser mais curto e demandar áreas menores, o cultivo de hortaliças também era feito por moradores que aproveitam áreas de quintais, lotes de moradia desocupados e áreas das imediações da rodovia BR-010 que são de controle do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). Outra situação que nos deteve bastante atenção foi quanto à utilização destas áreas do DNIT por um morador que não apenas cultivava hortaliças em pequenas hortas, mas mantinha lavouras mais ampliadas de milho, feijão, mandioca, dentre outros ao longo de aproximadamente dois quilômetros nas duas margens da rodovia nas proximidades da agrovila do assentamento. Tais situações em grande medida nos demonstram uma das diversas estratégias que famílias elaboram de meios de trabalho e de sobrevivência que independem de imperativos, permissões e da ação do poder público de forma mais incisiva e evidentemente fazendo uso de recursos naturais que são de posse e controle de outros entes legalmente instituídos, sendo assim também uma legítima forma de resistência ecologizada. Também em grande medida demonstram

TRAÇOS DA TRAJETÓRIA SOCIAL E FORMAS DE RESISTÊNCIA DA
POPULAÇÃO DO ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA EM AÇAILÂNDIA-MA
DIANTE DE UM CONFLITO ECOLÓGICO

faces das contradições desse processo de desenvolvimento da região onde uma empresa, a Suzano Papel e Celulose, detêm grandes áreas de terra e outras pessoas que vivem nesta mesma região precisam ser ousadas e ocuparem espaços, digamos que exóticos, para garantirem não lucros financeiros, mas recursos para sua sobrevivência.

Imagem 06: Parte de uma lavoura de milho numa área de domínio do DNIT entre a pista de rolamento da BR-010 e a Fazenda Teimosa da Suzano Papel e Celulose.



Fonte: Imagem feita pelo autor.

Outro arranjo ou estratégia relacionado a ocupação e uso do território e que deteve nossa atenção, pois em grande medida infringe normas legais estabelecidas difusamente assimiladas e tem evidentemente relações diretas e estreitas em função da proximidade do assentamento e as áreas com plantações de eucalipto, essa estratégia é a apropriação difusa de madeira das áreas atualmente pertencentes à Suzano Papel e Celulose para a utilização diversa para o suprimento de necessidades cotidianas, sejam individuais, sejam coletivas. Um dessas situações possivelmente, pois não houve confirmação exata, foi a construção da base de sustentação de reservatórios para armazenamento e distribuição de água nos lotes de produção depois que um grupo de assentados por iniciativa própria resolveram e tiveram condições de perfurar poços e também fazer a rede de distribuição. Um de nossos interlocutores, Seu Rui, nos relatou que durante muito tempo procuraram tanto a Vale como a Suzano Papel e Celulose para ajudar eles neste projeto, contudo as mesmas nunca concretizaram as promessas feitas. Vejamos a seguir este trecho da fala do Seu Rui:

(...) Um tempo nós também procuramos a Vale, mas ela nunca disse e nem deu nenhum retorno. Já o pessoal da Suzano foi até lá ainda e disseram que iam dá as mangueiras pra fazer a distribuição pros lotes,

mas depois sumiram e nunca mais apareceram também (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

A partir de outro relato de um informante, que preservaremos a identidade, nos relatou que em conversas posteriores com técnicos da Suzano Papel e Celulose, um desses técnicos, havia dito que a mesma desistiu por que o grupo havia retirado madeira de uma das áreas da empresa para fazer as bases de sustentação dos reservatórios que foram colocados para armazenar a água dos poços. Tal informação foi verificada por nós e identificamos que há uma grande possibilidade de ser procedente, pois as únicas áreas ao entorno do assentamento onde possuem árvores com o porte das que foram utilizadas estão dentro de áreas da empresa, que dentro das plantações de eucalipto preserva algumas pequenas áreas de floresta nativa. Entretanto, este informante não identificado, não vê na atitude do grupo nenhum problema quanto a retirada da madeira, pois a mesma foi retirada para o uso coletivo.

Porém, independente se esta iniciativa retirou ou não o material das áreas da Suzano Papel e Celulose, existem outras situações em que os moradores e assentados fazem a extração de madeira das áreas desta empresa. Em todo assentamento observamos é muito comum a utilização diversa de madeiras retiradas das áreas da mesma, em especial eucaliptos, para a construção de alpendres e para a utilização como antenas de televisão. Nas imagens a seguir veremos que demonstram estas situações:

Imagem 07: Reservatório de um dos poços construído pela iniciativa dos assentados com madeiras provavelmente retiradas de reservas nativas da Suzano Papel e Celulose.



Fonte: Imagem feita pelo autor.

Imagem 08: Alpendre sustentado por madeira de eucalipto cena também muito comum na agrovila do Assentamento Califórnia.



Fonte: Imagem feita pelo autor.

Essa prática em grande medida se demonstra como uma legítima forma de resistência ecológica que se justifica e legitima pelo senso e um sentimento moral de justiça, tendo em vista a ampla posse desse recurso pela empresa que em função da grandiosidade das suas plantações nem sente falta do que a população do assentamento extrai. Em grande medida há um modesto sentimento rebelde que possivelmente nutre motivam tal prática e também o dimensionamento de mecanismos de controle serem muito irrisórios e ineficientes para coibir tal prática. Pelo que podemos notar que tal prática é amplamente difundida e que em algumas falas opinaram sobre tal questão, manifestando-se favorável desde que tal prática não acarrete para quem a faz ganhos econômicos. Vejamos trecho das falas a respeito desta prática:

Esses eucaliptos aí que o pessoal usa pra fazer varanda, antena, chiqueiro, cerca isso aí é nada não. Tanto que tem aí quando o pessoal tira eles nem nota é muito eucalipto (...). Tu vai ver aí pra dentro isso é grande demais. (...) Chega ali naquele buteco perto da estrada e paga uma pinga pra aqueles cabras que ficam ali conversando e pede, ligeiro eles trazem o tanto que tu quiser. (...) Quando o vento forte bate cai muito e aí geralmente o pessoal tira esses que caem, mas aqui mesmo durante muito tempo tinha um barracão que a gente fazia as reuniões ele era todo feito com eucalipto que o pessoal tirava (REINALDO, assentado, 24.04.2013).

Um tempo tinha um pessoal que tirava madeira aí dessas áreas da Suzano pra vender, com isso eu não concordo, mas tirar pra fazer uma

antena, arrumar uma cerca, não vejo problema é tanta madeira aí que isso nem faz falta pra empresa (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

A retirada desses eucaliptos isso sempre teve desde que eu cheguei aqui e as empresas nunca conseguiram controlar, o pessoal faz e nunca teve problema, logo isso aí é muito grande, a vigilância armada que eles têm não dá conta de controlar (...) (OZIAS, Assentado, 07.04.2013).

Nesta seção demonstramos formas de resistência levando em conta mais aspectos materiais, a partir do uso, do acesso de meios e recursos e das finalidades disto que tem sido basicamente para a sobrevivência básica da população do Projeto de Assentamento Califórnia. Como a subseção já está muito longa e ainda temos outras demonstrações dessas resistências a fazer, a seguir demonstraremos que para nós são mais relacionadas a um cunho político e também a ideias e visões de mundo. Evidentemente, as acima demonstradas não deixam de também ter um aspecto ideológico e também político.

2.3. Formas de resistências ecologizadas a partir de perspectivas ideológicas e políticas.

As legítimas formas de resistência ecologizada como um viés mais político pode atribuir às ações e manifestações diretas em que a população do Assentamento Califórnia liderou diante de problemas que durante sua trajetória enfrentou relacionado a ação das empresas proprietárias das áreas vizinhas. Em especial da Vale que fabricava carvão vegetal na Fazenda Monte Líbano e a fumaça produzida por esta carvoaria causava muitos danos. Segundo uma das nossas interlocutoras, que é a Dona Eva Maria, durante muito tempo foi muito difícil de viver em virtude da fumaça da carvoaria da Vale e dos danos que esta causava as pessoas que viviam e transitavam principalmente na agrovila do assentamento. Vejamos trechos da fala dela:

Em 2008 a gente viajou, apoiado pelo pessoal da Justiça nos Trilhos e outras ONG's internacionais pra São Luis fazendo denúncia nos órgão competente sobre o problema da carvoaria que tinha ali na área da Vale (...). Das oito associação que tem aqui no assentamento, a Santo Antônio foi a única que ingressou com processo contra a Vale (...) aí depois o pessoal ocupou lá fizeram uma manifestação e aos poucos foi parando a fumaça que sufocava nós aqui, era um fumaceiro que ninguém aguentava (...) os processo correm até hoje na justiça, a fumaça parou porque a Vale saiu daí e veio a Suzano, mas os órgãos competentes parece que nunca deram importância (DONA EVA MARIA 19.04. 2013).

A ação de ocupação da carvoaria da Fazenda Monte Líbano ocorreu exatamente no dia 08 de março de 2008, dia internacional da mulher e também exatamente dois anos depois de uma ação de mulheres em áreas com plantações de eucalipto da empresa Aracruz Celulose no estado do Rio Grande do Sul. Na semana que antecedeu a ação, foi realizado no Assentamento Califórnia um encontro de mulheres organizadas a nível estadual pelo MST do Maranhão, no dia do encerramento deste encontro ocorreu a ação onde foi aproveitado a presença e disposição de que cerca de 800 (oitocentas) pessoas, vindas de diversos lugares e pertencentes a diversas organizações e movimentos sociais. Tal situação foi noticiada por diversos meios de comunicação no mesmo dia e também foi relatada por uma pessoa que participou da referida ação. A seguir parte do relato do informante ao qual denominamos de Anônimo II¹⁵ o mesmo participou da ação:

O que aconteceu é que nós ficamos cinco dias num encontro do MST, naquela quadra ali, umas quatrocentas pessoas e tudo a maioria mulher e no último dia, no finalzinho da tarde assim pro dia oito, chegou um ônibus de Imperatriz, movimento de mulheres quebradeiras de coco, [...], teve gente que a quadra não coube, não tinha onde alojar na Califórnia, até a Assembleia de Deus arrumou local pro pessoal dormir lá dentro da igreja. Aí no outro dia de manhã fez a ação. Só que aí tu sabe né cara? Nós vamos fazer uma ação não dá pra dizer pra todo mundo que nós ia fazer uma ação. [...] A gente falava que ia fechar a BR e tudo, mas não chegou a dizer nós vamos fechar a BR. Mas quando foi no finalzinho da tarde do último dia os meninos estavam até trabalhando, e apareceu um pessoal dizendo:

- Rapaz tu não sabe o que eu vi ali agora a pouco?

- Que que foi?

- Chegou um busão de pneu e tão despejando lá dentro da usina.

Chegou um busão preto e jogou a traseira pra dentro da usina e descarregaram lá. Aí eu disse então:

- Rapaz nós vamos fechar mesmo?

Quando foi na noite anterior a gente ficou sabendo que ia cortar eucalipto preparamos um monte de foice e tudo e íamos ocupar a carvoaria lá. Quando foi no outro dia aconteceu. (ANÔNIMO II. 06.05.2013).

Então após a ação de 08 de março de 2008 e da repercussão desta a Vale abriu um diálogo com a população do Assentamento Califórnia. Nestes diálogos a empresa fez uma série de propostas baseadas em demandas do assentamento como a perfuração de poços artesianos, recuperação de estradas, dentre outras as quais a morosidade do estado tem deixado ao longo dos anos a população do assentamento vulnerável e ao mesmo tempo esperançosa quanto às propostas que aparecem como as que foram feitas.

¹⁵ Em virtude de que ainda estavam correndo processos judiciais impetrados pela Vale em virtude da ocupação da carvoaria da Fazenda Monte Líbano no dia 08 de março de 2008, resguardaremos a identidade deste informante para que se possam evitar problemas posteriores. Entretanto, a conversa está registrada fonograficamente em nossos arquivos.

Para Zé Luis essa foi uma estratégia da empresa para desarticular politicamente a comunidade:

Depois daquela ação que a gente fez aqui em 2008, ali na Fazenda Monte Líbano, o pessoal da Vale veio aqui fizeram umas reuniões e prometeram fazer uns poços artesianos recuperar as estradas e atender outras demandas e reclamações que o pessoal levou. Mas só que eles disseram que fariam isso se o pessoal que tinha entrado na justiça contra eles retirasse as ações. Na verdade o que eles queriam e conseguiram era desmobilizar a comunidade, porque foi apenas um grupo que deu entrada nessas ações, e os que não fizeram nada depois ficaram inventando boatos acusando nós, que entramos, de não ter recebido as benfeitorias que a ela prometeu. Colocando a culpa em nós e não nela, porque se ela quisesse ter atendido teria (ZÉ LUIS, morador e filho de assentados, 09.04.2013).

Em virtude de incertezas dos resultados agrônômicos, biológicos, ecológicos, econômicos e sociais, que as plantações de eucalipto das proximidades do Assentamento Califórnia possam a causar ao longo dos tempos, podemos perceber que em virtude disto também são organizados ideias e repertórios científicos informais de conhecimentos em que a população de maneira geral tenta explicar, entender, criticar a expansão e a intensificação do eucalipto e seus processos inerentes. Tais conhecimentos e ideias evidentemente resultam das experiências vividas e de processos de assimilação de conhecimentos amplamente difundidos por movimentos sociais e ecologistas dentre eles os de que: *o eucalipto seca a terra, eucalipto não se come*¹⁶, *eucalipto é commodity*. Esses conhecimentos e ideais se manifestam e se tornam compreensíveis não por uma explicação estritamente científica, mas pelo que podemos perceber e compreender, esses são mobilizados e mantidos no repertório popular e coletivo principalmente diante de incertezas que se acentuam pelo silêncio das empresas e do poder público sobre a questão da expansão e do monocultivo do eucalipto¹⁷.

Elencamos este elemento como uma legítima forma de resistência ecologizada, devido às necessidades e situações que tem a população do Assentamento Califórnia teve de enfrentar e contra argumentar perante as empresas e órgãos do estado, que provavelmente os argumentos destes ainda não foram capazes de convencerem, muito menos eliminar formas de contestação e crítica da população referente ao processo de expansão da eucaliptocultura. Vejamos a seguir trecho das falas onde os interlocutores

¹⁶ Este foi o lema de uma campanha liderada pela CPT em meados dos anos 2006 a 2008.

¹⁷ Essas formas informais de elaboração de conhecimentos sobre o meio natural Alier (2012) nos fornece uma ideia importante para compreendê-las que é a ideia de ciências pós-normal.

citam situações em que expressam esse repertório de conhecimento e de ideais e que demonstram o não convencimento pelos argumentos científicos, técnicos difundidos a respeito das plantações de eucalipto e processos inerentes a tal, além de pressuposições destes referentes a tal questão:

Nós estamos tentando através da associação uns projetos com a Suzano, porque ela diz que é sustentável, mas parece que ela sustenta somente ela mesma. (...) Esse eucalipto me preocupa muito que ele venha degradar a terra e futuramente o povo não produza mais alimentos. (...) A gente tem sentido que de uns tempos pra cá a terra tá enfraquecendo, o solo tá muito fraco, isso tá prejudicando também os animais e isso tudo eu acho que é por causa desse eucalipto. (...) (DONA EVA MARIA, assentada, 19.04.2013).

Aqui ainda bem que tem chovido bastante estes tempos, lá pras bandas de Açailândia parece que a chuva tá mais pouca e em outros lugares que tenho andado. Eu acho que são esses eucaliptos que segura essa chuva aqui, pelo menos é uma coisa boa (...). (PROFESSOR ANDRADE, morador, 10.04.2013).

A Vale dizia e agora a Suzano também diz que esse eucalipto é reflorestamento, como que é reflorestamento que eles vêm corta e vende? Isso aí é como uma mercadoria qualquer, se fosse reflorestamento plantava outros tipos de árvores e deixava aí crescer por conta (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

As áreas na Califórnia estão muito ruins (...) hoje ninguém se arrisca a plantar, vamos dizer aqui arroz, que há dez anos atrás se plantava demais. Podia não ser assim satisfatório na região de tantos sacos por linha, mas a galera sabia que era aquilo que dava, hoje nem isso dá mais (...). Devido a isso o capim é mais resistente e o pessoal tem como alternativa criar gado de leite e cuidar do gado o trabalho é mais pouco e aí sobra tempo, e muita gente faz isso, pra cuidar de uma horta, jogar um baralho... (...) Ali não sei, acho que tem de ter um levantamento mais específico para saber qual a influência do eucalipto tem diretamente na produção ali. Nós sentimos ali uma ressequidão do solo, se hoje para de chover daqui a um mês não tem mais pastos, o pasto não fica mais verdinho assim. Ele resseca mais do que quando a gente chegou lá (...) (REINALDO, assentado, 24.04.2013).

Uma vez, numa festa, me apresentaram um senhor que dizia ser engenheiro florestal e aí a gente conversou muito sobre diversos assuntos e uma hora ele me disse que a Vale e a Suzano preferem reflorestar em áreas de pastagens. Eu contestei ele sobre reflorestamento porque reflorestamento pelo que eu sei não se faz só com uma espécie de árvore (...) (ZÉ LUIS, morador e filho de assentados, 09.04.2013).

Para finalizar as demonstrações de legítimas formas de resistência ecológicas da população do Projeto de Assentamento Califórnia apresentaremos uma última. Esta resistência tem sido a articulação da população do assentamento, ou pelo menos de

grupos internos, com organizações de redes, que têm enfrentado, debatido e promovido alguns eventos referentes a questões e problemas envolvendo grandes empresas e comunidades que vivem ao entorno de grandes projetos no eixo da EFC. Uma dessas redes de articulação tem sido a rede Justiça nos Trilhos¹⁸, que tem agregado a esta rede, movimentos sociais, sindicatos associações, dentre outros entes e assessorado político e juridicamente comunidades que tem enfrentado problemas inerentes a ação de mineradoras e siderúrgicas. Foi esta rede que organizou e possibilitou a ida de moradores e assentados do Assentamento Califórnia no ano de 2008, segundo o relato da Dona Eva Maria, à cidade de São Luis para fazerem denúncias contra a Vale em órgãos de controle público tanto do poder executivo quanto do poder judiciário. Outra evidência dessa parceria foi a contratação pela Justiça nos Trilhos de um filho de assentados do Projeto de Assentamento Califórnia, que havia há pouco tempo se formado no curso de direito em uma turma do PRONERA (Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária) que ocorreu no estado de Goiás na UFG (Universidade Federal de Goiás), para o quadro de assessores jurídicos da referida rede. Com estabelecimento desta aliança foi também realizada a produção dos documentários Vale de Lágrimas I e Vale de Lágrimas II, que relata situações e problemas enfrentados pela população do Assentamento Califórnia quando a carvoaria da Fazenda Monte Líbano ainda estava em funcionamento. Tais documentários foram importantes ferramentas de divulgação dos problemas causados pelas atividades da mesma. A produção de mídias que utilizam meios digitais, como os documentários citados, as redes sociais e as páginas eletrônicas dos movimentos sociais e das redes de articulação, não deixa de ser também uma legítima formas de resistência ecologizadas à medida que permitem difundir e tornar público informações referentes aos conflitos ecológicos em especial os ecológicos distributivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que ao longo do tempo viemos pesquisando sobre o conflito entre empresas produtoras de eucalipto e a População do Projeto de Assentamento Califórnia, auxiliado e referenciado pelas demonstrações acima colocadas e daquilo que ousamos pensar, articuladamente com o nosso referencial teórico, em especial Alier (2012) e as

¹⁸ Para informações mais detalhadas ver: <http://www.justicanostrilhos.org/>.

situações empíricas, como legítimas formas de resistência ecologizadas, sejam elas formais e estruturadas, ou difusas e espontâneas. Na nossa perspectiva se evidenciou fortemente a ideia de que historicamente as lutas pela terra e por outros meios básicos de vida na Amazônia Oriental, foram para garantir a sobrevivência básica de atores sociais desprovido de grandes meios materiais e monetários, o que logicamente é muito evidente também no caso específico estudado por nós que é a do Assentamento Califórnia.

Um outro elemento genérico conclusivo é a possibilidade de se pensar lutas e resistências difusamente conhecidas e conceituadas como lutas camponesas, luta pela terra, reforma agrária, como também lutas ecologistas e ecológicas, pois mesmo não tendo discursos e bandeiras tradicionalmente compreendidos com estas temáticas, mas o conteúdo das mesmas tem este cunho pois fundamentalmente desejam, questionam, disputam o acesso, o uso e a qualidade de meios e recursos naturais.

REFERÊNCIAS

- ALIER. Joan Martínez. *O Ecologismo dos pobres*. Editora Contexto. São Paulo, 2012.
- ALTVATER, Elmar. *O Preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- ASSIS, Willian Santos; CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. *O uso de carvão vegetal como fonte de energia para o parque siderúrgico de Carajás: controvérsias ambientais, sociais e econômicas*. Marabá, 1 ago. 2010.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. *Anuário Estatístico da ABRAF, 2006*. Disponível em: <http://www.abraflor.org.br/estatisticas/anuario-ABRAF-2006.pdf>. Acesso em 02 de março de 2013.
- _____. *Anuário Estatístico da ABRAF, 2012*. Disponível em: http://www.abraflor.org.br/1enga/anais_enga_2012/eixos/1213_1.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.
- BOCLIN, Roberto Guimarães; DOURADO, José Ribamar. *A indústria do Maranhão: um novo ciclo*. IEL. Brasília, 2008.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010: população rural Açailândia*. 2010. Brasília, IBGE, 2010. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_pr_hom_mul.php?codigo=. Acesso em 10 de março de 2013.

_____. CPRM – Serviço Geológico Brasileiro. *Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil- PGLB: Marabá – folha SB .22-X-D, Estado do Pará, Maranhão e Tocantins*. Brasília: CPRM/DIEGDIG/DEPAT, 2001.

_____. Decreto de 05 de dezembro de 1996. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural constituído pelas “Fazendas Califórnia/Califórnia I e Divisor IV”, situado no Município de Açailândia, Estado do Maranhão, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 06 de dez. de 1996, Seç. 1, p.25980.

CAMPOS, Indio; CHAGAS, Ronie C.M. Reflorestamento versus floresta nativa: tendências e desafios à siderurgia na Amazônia. *Papers do NAEA*, Belém, n.295, p.1-18, mai, 2012. Disponível em: <http://www.ufpa.br/naea/novosite/paper/listar>. Acesso em: 05 de março de 2013.

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira: a EFCarajás e a propriedade da terra no Oeste Maranhense. In: COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo Garcia (Org.). *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA; Editora Gráfica Supercores, 1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT); et. al. *Carta aberta do Seminário “Estado e Campesinato na Amazônia: o debate sobre o Distrito Florestal de Carajás”*. Marabá, 01 de set. de 2007.

EMMI, Marília Ferreira; MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. De posseiros a assentados: a precariedade das ações fundiárias no Sudeste do Pará. In: COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo Garcia (Org.). *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA; Editora Gráfica Supercores, 1997.

Ferrovia Carajás é liberada pelos índios Guajajaras. [S.l.] *Mearimnet*, 09 fev. 2011. Disponível em: <http://www.mearimnet.com.br/2011/02/ferrovia-carajas-e-liberada-pelos.html>. Aceso em: 14 de mar. 2013.

GRUPO DE TRABALHO DE DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE (GTDN). Documento do GTDN: uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.28, n.2, p.387-432, out-dez 1997.

HÉBETTE, Jean. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília. Belém, 2004. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2004.

_____. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. Belém, 2004. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2004.

MATHIS, Armim. Serra Pelada. In: COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo Garcia (Org.). *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA; Editora Gráfica Supercores, 1997.

MEDEIROS, Josemar Xavier. Aspectos econômico-ecológicos da produção e utilização do carvão vegetal na siderurgia brasileira. In:CAVALCANTI, Clovis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. FUNDAJ. Recife,1994.

MONTEIRO, Maurílio. Em busca de carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. *Novos cadernos NAEA*, Belém, v.9, n.2, p.55-97, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/67/128> Acesso em: 05 de maio de 2011.

_____. *Siderurgia e carvoejamento na Amazônia: drenagem energético-material e pauperização regional*. Belém: Escola Técnica Federal do Pará, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1998.

_____. A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da Estrada de Ferro Carajás. In: COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo Garcia (Org.). *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA; Editora Gráfica Supercores, 1997.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Amazônia em disputa: projeto do capital x projeto popular*. São Paulo: MST, 2009.

RODRIGUES, Fabiano dos Santos. *Formas de dominação e resistência em um conflito ecológico na Amazônia Oriental*. 148f. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. *Estudo de Impacto Ambiental EIA/RIMA ramal ferroviário*. Imperatriz: Pöyry, 2012. Disponível em: <http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/unidade-maranhao.htm>. Acesso em: 17 de fev. 2013.

VALE de lágrimas I : vídeo. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=aYoRBTh7_4g. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

VALE diz que MST invade fazenda no Maranhão. [S.l.], *Estadão*, 08 de mar. de 2008. Disponível em: www.estadao.com.br/noticias/nacional,vale-diz-que-mst-invade-fazenda-no-maranhao,136941,0.htm. Acesso em: 04 de set. de 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

Data de recebimento: 28/08/2014

Data de aceite: 01/12/2014